



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**RODRIGO SOLANO CAVALCANTE RIBEIRO**

**ESTUDO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS  
JURISDICIONAIS: EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E A  
JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília  
2010

**RODRIGO SOLANO CAVALCANTE RIBEIRO**

**ESTUDO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS  
JURISDICIONAIS: EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E A  
JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil aplicado à atividade profissional dos servidores do Superior Tribunal de Justiça.

Orientador: Prof. Einstein Lincoln Borges Taquary

Brasília  
2010

**RODRIGO SOLANO CAVALCANTE RIBEIRO**

**ESTUDO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS  
JURISDICIONAIS: EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E A  
JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil aplicado à atividade profissional dos servidores do Superior Tribunal de Justiça.

Orientador: Prof. Einstein Lincoln Borges Taquary

Brasília, 13 de novembro de 2010.

**Banca Examinadora**

Prof. Me. André Pires Gontijo

Prof. Me. Carlos Orlando Pinto

*A Deus, que sempre me iluminou nessa caminhada.*

*Aos meus pais, José e Raimunda, pelo dom da vida.*

*Aos meus irmãos, Humberto e Rogério, fonte de orgulho.*

*À minha avó Joana, pela minha formação.*

*Ao meu avô Joaquim (in memoriam), que me ensinou  
muito mais do que ele poderia imaginar.*

*À Selma, pelo carinho incondicional.*

*“Justiça? Se fosse feita  
Sem ver o nome do réu,  
Não sendo embora perfeita,  
Faria andar mais direita  
A vida de quem sofreu”.*

*Victor Cintra – livro Momentos.*

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal o estudo das hipóteses de impetração do mandado de segurança para combater os atos emanados do Poder Judiciário brasileiro. Para isso, foi realizada primeiramente uma pesquisa acerca das origens do *mandamus* e de suas características principais, na forma como o conhecemos hoje. Foi feito também um estudo geral dos meios de impugnação de decisões judiciais que a legislação em vigor prevê, com o intuito de localizar a figura do writ dentro desse quadro. Seguiu-se uma análise da evolução doutrinária pela qual passou o mandado de segurança contra atos jurisdicionais no direito brasileiro até chegarmos à promulgação da lei nº 12.016/09. Para terminar, verificamos qual o entendimento atual da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria.

Para atingir esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliografia, privilegiando obras recentes posteriores à referida lei específica, seguida de uma jurisprudencial no site do STJ.

Descobrimos que a matéria já suscitou muita discussão doutrinária, mas que atualmente se encontra praticamente pacificada naquela Corte Superior.

**Palavras-chave:** Mandado de segurança. Atos jurisdicionais. Hipóteses. Jurisprudência.

## ABSTRACT

This research aims to study the main hypotheses of filing of the writ of mandamus to combat acts emanating from the Brazilian judiciary. For this, we first performed a search for the origins of mandamus and its main features, in the form we know today. He was also made a study of means of appeal of judgments that the legislation provides, with the intuited from reaching the figure of the writ within this framework. This was followed by an analysis of doctrinal evolution undergone by the injunction against actions in Brazilian law courts until we get to the enactment of Law No. 12016/09. Finally, we verify that the current understanding of the jurisprudence of the Superior Court of Justice on the matter.

To achieve these goals, we conducted a survey literature, focusing on recent work subsequent to that particular law, then the site of a jurisprudence of the Supreme Court.

We found that the matter has aroused much discussion of doctrine, but nowadays is almost pacified that the Superior Court.

**Key words:** Injunction. Jurisdictional acts. Hypotheses. Jurisprudence.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 MANDADO DE SEGURANÇA</b>	<b>11</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA	11
1.1.1 Origens do mandado de segurança no Direito estrangeiro	11
1.1.2 Origens do mandado de segurança no Direito brasileiro	13
1.2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA	17
1.2.1 Conceito	17
1.2.2 Natureza jurídica	18
1.2.3 Legitimidade	19
1.2.4 Objeto da tutela	23
1.2.5 Objeto da impugnação	24
1.2.6 Formas de tutela	27
<b>2 ESTUDO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS ATOS JURISDICIONAIS</b>	
<b>NO DIREITO BRASILEIRO</b>	<b>28</b>
2.1 ATOS JURISDICIONAIS	28
2.2 QUADRO GERAL DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	30
2.2.1 Dos recursos	32
2.2.1.1 Conceito	32
2.2.1.2 Natureza jurídica	33
2.2.1.3 Princípios gerais	34
2.2.1.4 Efeitos da interposição dos recursos	35
2.2.2 Das ações autônomas de impugnação	36
2.2.3 Dos meios de impugnação atípicos	39



<b>3 ESTUDO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS</b>	
<b>JURISDICIONAIS</b>	<b>40</b>
3.1 PRIMEIRA FASE: A ADMISSIBILIDADE DA IMPETRAÇÃO	41
3.2 SEGUNDA FASE: O ADVENTO DA LEI Nº 1.533/51	42
3.3 TERCEIRA FASE: JULGAMENTO DO LEADING CASE PELO	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	45
3.3.1 Primeira corrente	46
3.3.2 Segunda corrente	48
3.3.3 Terceira corrente	50
3.4 QUARTA FASE: O ADVENTO DA LEI Nº 12.016/09	52
<b>4 A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE</b>	
<b>JUSTIÇA</b>	<b>54</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

As grandes transformações vividas pela sociedade brasileira no último século exigiram dos doutrinadores e legisladores uma grande evolução ideológica, no sentido de se adequar a legislação aos novos valores e necessidades que surgiam. O fortalecimento dos direitos individuais e sociais, derivado dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que marcaram a Revolução Francesa no final do século XVIII e se espalharam pelo globo, fez com que se criasse um remédio jurídico legitimamente brasileiro, posto à disposição do cidadão, capaz de impugnar os atos abusivos do Estado: o mandado de segurança.

No entanto, muita discussão foi travada na doutrina quanto à possibilidade de se questionar atos jurisdicionais por meio desse remédio heróico. Com base nisso, esta pesquisa se propõe a estudar como se deu a evolução do tema na doutrina, as legislações que o regulamentaram e o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, faremos um estudo específico do mandado de segurança (suas origens históricas e características fundamentais), bem como dos meios de impugnação dos atos jurisdicionais previstos no ordenamento jurídico brasileiro, para melhor entendermos a essência do instituto.

Para alcançar esses objetivos, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, em bibliotecas e na internet, onde se privilegiou o estudo não só de obras mais tradicionais, mas também de obras recentes, posteriores à lei específica que hoje regulamenta o *mandamus*. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa jurisprudencial no site do STJ para se descobrir como está sendo tratada a matéria nos dias atuais.

Esperamos demonstrar com este estudo a importância do mandado de segurança dentro de um quadro geral dos meios de impugnação, bem como explicitar aos leitores o tratamento que aquela Corte Superior vem dando ao tema.

Estruturamos essa pesquisa em quatro capítulos: no primeiro, estudamos especificamente o mandado de segurança; no segundo, foi feita uma análise sintética dos meios de impugnação dos atos jurisdicionais, com o intuito de localizar o mandamus nesse quadro; no terceiro, apresentamos a evolução doutrinária pela qual passou a questão; e no quarto capítulo, são apresentados acórdãos que exprimem o entendimento atual do STJ sobre o tema.

## 1 MANDADO DE SEGURANÇA

O mandado de segurança é um importante remédio jurídico constitucional destinado a proteger os direitos dos cidadãos contra os atos abusivos do Estado. Façamos agora um breve estudo acerca de suas origens históricas, bem como de suas características principais.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA

Inicialmente, realizaremos um estudo acerca das origens históricas do mandado de segurança brasileiro, tanto no direito comparado, quanto no ordenamento jurídico nacional, para podermos entender melhor a essência constitucional desse importante instituto. Tal estudo inicial, ainda que realizado de forma sucinta, contribuirá para, entre outras coisas, entendermos melhor a sua vocação de protetor dos direitos do homem contra os atos abusivos emanados do Poder Público.

#### 1.1.1 Origens do mandado de segurança no Direito estrangeiro

Partindo de um quadro de desrespeito aos direitos individuais e coletivos, predominante na época das monarquias absolutistas européias, onde o poder dos monarcas era ilimitado dentro de seus domínios, deu-se o surgimento de uma nova ideologia dominante, que se caracterizou, entre outras coisas, pela instauração do Estado Moderno, com o fortalecimento dos direitos individuais e sociais, o que posteriormente levou-se ao surgimento do Direito Público, visando à proteção daqueles direitos.

O surgimento e a consolidação desse novo ramo do Direito se deram graças à preocupação jurídica em se limitar os poderes estatais, com o intuito de

proteger dessa forma os direitos do homem, entre eles, o direito maior à liberdade. Tem-se que “é exatamente nesse sentido que se entende o surgimento do mandado de segurança. Essa garantia constitucional está ligada filosoficamente à idéia de liberdade contra o Estado, contra o Poder Público” (FACCI, 2004, p. 5).

Ao observarmos a história recente da humanidade, podemos perceber que a Revolução Francesa (1789-1799) representou um verdadeiro marco inicial na luta pela valorização de princípios universais relativos à liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens, que até então não vinham sendo respeitados pelo Estado.

A Revolução Francesa, esta sim inequivocadamente revolucionária, deu início às conquistas sociais, proclamando a Declaração dos Direitos do Homem, em 4 de agosto de 1789. Posteriormente, vários movimentos da maior grandeza procuraram dimensionar os direitos da pessoa humana. (PICANÇO, 1999 apud FACCI, 2004, p. 6).

Todavia, apesar desse evento significativo na Europa, e da efervescência dos movimentos revolucionários naquele continente, os países europeus demoraram a criar um remédio jurídico capaz de obstar os atos abusivos praticados pelo Estado. Enquanto isso, nos Estados Unidos da América, surgiu um instrumento capaz de resguardar as liberdades individuais. Segundo Aloysio Tavares Picanço (1937 apud FACCI, 2004, p. 6), os norte-americanos criaram os chamados *writs*, capazes de proteger os direitos lesados aos quais a legislação daquele país não oferecesse outros meios de contestação. No entanto, tratava-se de um instrumento de caráter mais amplo, passível de interposição não só contra atos do Poder Público, mas também em oposição a atos praticados por particulares.

Facci (2004) nos apresenta a correlação do mandado de segurança brasileiro com os *writs* e com o *mandamus*, do Direito inglês, realizada por Melchiades Picanço, afirmando que esses são raízes históricas daquele:

O mandado de segurança do direito brasileiro se aproxima mais do *mandamus* inglês, instituído para proteger os funcionários demitidos ou removidos ilegalmente. O *mandamus* visa atos administrativos. O mandado de segurança também, criado pela Constituição brasileira, se dirige contra atos de autoridades. O *writ*, ao contrário disso, é medida geral de proteção contra atos públicos e particulares. (...) (PICANÇO, 1937 apud FACCI, 2004, p. 7).

Além desses institutos, podemos citar outras fontes históricas do mandado de segurança brasileiro, com base no Direito Comparado, como o *juicio de amparo*, oriundo do Direito mexicano, a chamada *apelação extrajudicial*, do Direito português, bem como as chamadas Ordenações Filipinas, que, segundo Milton Flaks, inspiraram João Mangabeira a propor o nome ao instrumento, pois “facultavam a quem temesse ofensa à sua pessoa ou esbulho de sua posse, ‘requerer ao juiz, que **segure** a ele e às suas coisas do outro, que o quiser ofender, a qual a segurança o juiz dará’”. (FLAKS, 1980 apud DIREITO, 2003, p. 7, grifo nosso).

Passamos agora ao estudo das origens históricas do mandado de segurança no Direito brasileiro.

#### 1.1.2 Origens do mandado de segurança no Direito brasileiro

Apesar do exposto acima, a doutrina dominante defende que, embora tenha havido essa inspiração exterior, o que, segundo Arruda Alvim (1979 apud FACCI, 2004) é comumente observado no estudo de qualquer instituto jurídico do Direito brasileiro, o mandado de segurança pode ser considerado uma criação genuína do sistema jurídico brasileiro.

Corroborando esse entendimento, Direito (2003) também defendeu que o mandado de segurança seria realmente uma criação tipicamente brasileira. Facci (2004, p. 10) também chega a conclusão semelhante, ao defender que:

Dessa forma, ainda que inspirado pelos remédios encontrados no Direito Comparado, foi o esforço da doutrina e do legislador nacional, atendendo às necessidades práticas da realidade brasileira, que conferiu ao mandado de segurança as feições jurídicas que hoje este instituto possui.

Já para Pontes de Miranda (1987 apud DIREITO, 2003, p. 8), “o mandado de segurança, remédio jurídico processual, que no texto se assegura, à semelhança do habeas-corpus, era estranho à história do direito luso-brasileiro e brasileiro.” Segundo ele, não haveria outra fonte para o mandado de segurança senão as Cartas Magnas de 1667, a de 1946 e, principalmente, a de 1934, na qual esse instituto processual apareceu pela primeira vez.

Partindo para outro entendimento, o ilustre jurista Ruy Barbosa encabeçou, segundo Direito (2003), uma corrente doutrinária distinta, defendendo que o mandado de segurança teria derivado do habeas-corpus, que sempre foi dotado de uma natureza precipuamente criminal, mas que possuía, no final do século XIX, uma abrangência maior no direito brasileiro do que a que existe atualmente, além de não existirem outros institutos mais adequados naquela época. Nesse sentido:

Ruy Barbosa tinha a disciplina constitucional de 1891 como amplíssima, entendendo que o *habeas-corpus*, naquele tempo, não se circunscrevia aos casos de constrangimento corporal, estendendo-se a todos os casos em que um direito nosso, qualquer direito, estiver ameaçado, manietado, impossibilitado no seu exercício pela intervenção de um abuso de poder ou de uma ilegalidade. (DIREITO, 2003, p. 8).

Essa corrente doutrinária recebeu o nome de “doutrina brasileira do *habeas-corpus*”, e pode ser entendida como sendo o fruto de uma construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. Nas palavras de Facci (2004, p. 11):

A Constituição Federal de 1891, ampliando o conceito que o Código de Processo Criminal de 1832 conferia ao *habeas-corpus*, deu ensejo à chamada “doutrina brasileira do *habeas-corpus*”. Em seu art. 72, § 22, aquela Constituição dispunha: “dar-se-á *habeas-corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade ou abuso do poder”.

Podemos perceber que a redação do artigo 72, § 22, da referida Constituição, realmente conceituou o instituto do *habeas corpus* de forma genérica, não apresentando clara restrição no sentido de permiti-lo tão somente nos casos em que o direito de locomoção do indivíduo estivesse ameaçado.

No mesmo sentido, Direito (2003, p. 9) defendia que “o mandado de segurança surgiu como síntese da interpretação construtiva dos tribunais, a partir da doutrina brasileira do *habeas-corpus*, liderada por Ruy Barbosa e Pedro Lessa”, sendo que a contribuição do primeiro se deu através de sua atuação advocatícia, enquanto que o segundo atuou na condição de ministro do Supremo Tribunal Federal.

No entanto, o prosseguimento dessa linha de pensamento acabou sendo obstado pela Emenda Constitucional de 1926, que restringiu a utilização do *habeas corpus* apenas para a sua função primária, que era combater os atos que restringissem o direito de locomoção do indivíduo.

Com essa nova regulamentação, criou-se, então, uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, na medida em que não havia um instrumento capaz de defender o cidadão das conseqüências de atos nocivos que por ventura o Estado poderia praticar.

Por último, temos o entendimento englobador de Wald (2006, p. 11), que defende que o *mandamus* tenha surgido “sob a tríplice influência da doutrina brasileira do *habeas corpus*, da teoria da posse dos direitos pessoais e de certos institutos existentes no direito estrangeiro.”

No entanto, somente após quatro décadas de muita discussão na doutrina, finalmente o mandado de segurança passou a fazer parte da legislação



brasileira, integrando o texto da Constituição Federal de 1934, no capítulo dos direitos e garantias individuais, em seu art. 113, nº 33, com a seguinte redação:

Dar-se-á mandado de segurança para defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. O processo será o mesmo do *habeas corpus*, devendo ser sempre ouvida a pessoa de direito público interessada. O mandado não prejudica as ações petitórias competentes.

Figueiredo (2009) sintetiza que o mandado de segurança é um remédio constitucional que apareceu pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1934 e, desde então, esteve ausente apenas na Carta Constitucional de 1937. Na Constituição atual, de 1988, ele se encontra ampliado, não se restringindo apenas ao direito individual, abrigando também o direito coletivo, diferentemente da Constituição anterior, de 1967.

Dotado de um procedimento próprio, regulamentado em lei específica, entrou em vigor, recentemente, a nova lei do mandado de segurança, nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, revogando a lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que anteriormente regulamentava esse importante remédio constitucional. É importante observarmos que a legislação anterior estava vigente há quase sessenta anos e que, diante as grandes revoluções econômicas, sociais e culturais pelas quais passou a sociedade brasileira, realmente necessitávamos de uma nova legislação que estivesse mais adequada à realidade atual do nosso país e incorporasse algumas importantes inovações que já tinham sido superadas pela doutrina há algum tempo, mas que ainda não integravam do texto da legislação vigente até então, como foi o caso do mandado de segurança coletivo, por exemplo.

Feita essa abordagem inaugural acerca das origens históricas do mandado de segurança, passamos agora ao estudo dos elementos fundamentais do *mandamus*.

## 1.2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA

Após tecermos esses breves comentários acerca das raízes históricas e do surgimento do mandado de segurança no ordenamento jurídico brasileiro, façamos agora um estudo acerca dos elementos essenciais que o caracterizam.

Buscaremos, portanto, realizar um estudo da estrutura fundamental do mandado de segurança, analisando-o isoladamente, sem nos preocuparmos em demasia com a face processual do instituto.

Tratar-se-á novamente de um estudo superficial, objetivando coletar e assimilar os fundamentos básicos do mandado de segurança, conhecimento que será de muita valia para o desenvolvimento dos próximos capítulos dessa pesquisa.

### 1.2.1 Conceito

Como já foi dito anteriormente, o mandado de segurança está previsto no texto da Carta constitucional de 1988, sendo submetido a um procedimento próprio, regulado pela lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que revogou a lei nº 1533, de 31 de dezembro de 1951, que regulamentou esse importante remédio constitucional por quase sessenta anos.

No texto constitucional, em seu artigo 5º, inciso LXIX, consta o seguinte conceito para o instituto:

Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. (BRASIL, 2009a).

Dessa forma, temos a previsão constitucional para o *mandamus*. No mesmo sentido, a legislação específica trouxe, logo em seu art. 1º, o seguinte conceito:

Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. (BRASIL, 2009b).

Podemos observar que esse conceito trazido pela nova lei do mandado de segurança acabou por consagrar a clássica definição de Hely Lopes Meirelles, a saber:

Mandado de segurança é o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, para a proteção de direito líquido individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. (MEIRELLES, 2008 apud FERRARESI, 2010, p. 5).

Podemos observar que essa última definição prevê, expressamente, a figura do mandado de segurança coletivo. A Constituição de 88 também o prevê no inciso LXX, do mesmo artigo 5º. Já no texto da lei 12.016/09, tal previsão se encontra mais adiante, nos artigos 21 e 22.

### 1.2.2 Natureza jurídica

Segundo Facci (2004), desde a gênese do mandado de segurança, lhe foi atribuída a natureza jurídica de ação civil, de rito sumário especial e submetido a procedimento próprio, apesar de alguns terem defendido a tese de que ele não possuía o caráter de ação.

Todavia, prevalece o entendimento pacífico da melhor doutrina e da jurisprudência de que realmente se trata de uma ação civil, “não importando,

relevante que se diga, qual a origem ou a natureza do ato impugnado. Seja o ato administrativo, judicial, civil, penal, militar, eleitoral, trabalhista etc.” (FACCI, 2004, p. 28).

O mandado de segurança, como a lei regulamentar o considera, é ação civil de rito sumário especial, destinada a afastar ofensa a direito subjetivo individual ou coletivo, privado ou público, através de ordem corretiva ou impeditiva da ilegalidade, ordem, esta, a ser cumprida especificamente pela autoridade coatora, em atendimento a notificação judicial.

Nunes (1967 apud MORAES, 2007, p. 290), quando diz que “garantia constitucional que se define por meio de pedir em juízo é garantia judiciária e, portanto, ação no mais amplo sentido, ainda que de rito especial ou sumaríssimo”, se alinha a esse entendimento majoritário da doutrina.

### 1.2.3 Legitimidade

Sabe-se que, conforme preceitua o art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, o processo judicial é passível de extinção, sem resolução do mérito, “quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.”

Por aí evidenciamos a importância da correta identificação das partes para o tramite regular das ações, na medida em que uma ação poderá vir a ser extinta caso não seja corretamente formada a relação processual, no que se refere aos sujeitos ativo e passivo da demanda.

Segundo Ribeiro (2002), “a legitimidade diz respeito à relação existente entre o postulante, o demandado e o objeto do litígio. Quer dizer, refere-se ao aspecto relacional, diferente da capacidade, que é estática”. Nesse sentido, devem

formar os pólos ativo e passivo da demanda as sujeitos que terão sua esfera jurídica afetada pela decisão que decorrerá da prestação jurisdicional pleiteada. Podem ser entendidos, portanto, de uma forma mais simplória, como sendo, respectivamente, dos beneficiários e prejudicados da decisão.

De acordo com Facci (2004), podemos depreender da clássica definição de Hely Lopes Meirelles para o mandado de segurança, já citada acima, que possuem legitimidade para figurar nos pólos ativo e passivo do mandado de segurança não só pessoas físicas e jurídicas, mas também todo e qualquer órgão público que possua capacidade processual, ainda que não goze de personalidade jurídica, bem como as universalidades que sejam reconhecidas por lei, como o espólio, a massa falida, o condomínio residencial etc., às quais se convencionou denominar de pessoas formais.

O importante, no que toca à legitimidade ativa em sede de mandado de segurança, é que o impetrante – seja pessoa física, jurídica ou formal, seja órgão público com capacidade processual – ‘tenha prerrogativa ou direito próprio ou coletivo a defender e que este direito se apresente líquido e certo ante o ato impugnado’. (MEIRELLES, 2001 apud FACCI, 2004, 29).

A possibilidade do mandado de segurança coletivo, prevista pela primeira vez no art. 5º, inciso LXX, da atual Constituição, fez com que outras coletividades pudessem lançar mão desse instrumento, como os partidos políticos, desde que tenham representação no Congresso Nacional (alínea “a”), bem como a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento a pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (alínea “b”).

No que tange a legitimidade passiva, a lei nº 12.016/09, assim como a lei nº 1.533/51, mostraram-se pouco elucidativas, conceituando de forma simplória a figura da autoridade coatora. Na verdade, aquela apenas define, no §3º do art. 6º,

que “considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.” (NEGRÃO, 2010, p. 1626). No entanto, podemos perceber que essa definição não é suficiente para sanar todas as dúvidas que surgem quando analisamos, por exemplo, a questão do recurso ordinário em mandado de segurança. Para isso, devemos saber que existe uma diferença conceitual, que gera efeitos práticos, entre a autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança, conforme nos explica Figueiredo (2009, p. 23).

Autoridade coatora é o agente administrativo que pratica o ato passível de constrição.

Na verdade, é aquela que efetivamente pratica o ato, ou que tem poder legal para praticá-lo, nos casos de omissão. Portanto, autoridade coatora será aquela designada pelo ordenamento jurídico, aquela a quem a regra de competência obriga à prática do ato.

O sujeito passivo do mandado de segurança será, sempre, a pessoa jurídica que deverá suportar os encargos da decisão do mandado de segurança. Destarte, sujeitos passivos serão sempre União, Estados, Municípios ou delegados de serviços públicos, sejam dirigentes de estatais ou concessionárias de serviço.

Saber que existe essa distinção se faz necessário na medida em que, em grau de recurso, a autoridade coatora não tem legitimidade para contrarrazoar o recurso. Na verdade, sua participação na instância originária consiste apenas em prestar informações a respeito das alegações que o impetrante faz na petição inicial. Ou seja, a pessoa da autoridade coatora, conforme lição de Lúcia Figueiredo, não seria exatamente o sujeito passivo da ação originária. Retomando o raciocínio anterior, após a denegação da segurança pelos Tribunais de Justiça estaduais ou pelos Tribunais Regionais Federais nos casos de sua competência originária, ao impetrante é facultado interpor Recurso ordinário em Mandado de Segurança, que será analisado pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, conforme a competência constitucional de cada um deles. Mas antes de ser feita essa remessa ao juízo *ad quem*, promover-se-á a citação da pessoa jurídica que

deverá suportar os encargos da decisão do recurso ordinário em mandado de segurança.

Numa tentativa de esclarecer essa celeuma, Ferraresi (2010, p. 44) nos explica que:

Os estudiosos divergem quando o assunto é a determinação da parte passiva no mandado de segurança. (...) É forte a corrente na direção de que a parte passiva no mandado de segurança é a pessoa jurídica de direito público a cujos quadros pertence a autoridade coatora. É a posição que predomina na doutrina.

Colaboração também é feita por Moraes (2007, p. 304), que nos apresenta um conceito bem abrangente e inova ao citar a questão do litisconsórcio nesse íterim:

Sujeito passivo do mandado de segurança é a autoridade coatora que pratica ou ordena concreta e especificamente a execução ou inexecução do ato impugnado, responde por suas conseqüências administrativas e detém competência para corrigir a ilegalidade, podendo a pessoa jurídica de direito público, da qual faça parte, ingressar como litisconsorte.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também contribuiu para a melhor conceituação o sujeito passivo no mandado de segurança. Conforme as palavras do Exmo. Min. Luiz Fux:

Autoridade coatora para fins de legitimidade passiva *ad causam* na ação de mandado de segurança, em regra, é aquela pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Estado, que omite ou pratica o ato inquinado como ilegal e ostenta o poder de revê-lo voluntária ou compulsoriamente. O mero executor da ordem não tem *legitimatío ad causam*, mercê de falecer-lhe, também, *legitimatío ad processum*. (BRASIL, 2002)

Em relação aos atos praticados por delegação, a súmula 510 do Supremo Tribunal Federal é clara ao estabelecer que, “praticado o ato por autoridade no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.”

Posto isso, Moraes (2007, p. 305) reforça a importância da correta identificação da parte passiva, explicando que “a indicação errônea da autoridade coatora afetará uma das condições da ação (*legitimatio ad causam*), acarretando, portanto, a extinção do processo, sem julgamento de mérito”, corroborando o que já foi dito no início dessa seção.

#### 1.2.4 Objeto da tutela

Conforme consta no já citado conceito do mandado de segurança, expresso no art. 1º da lei nº 12.016/09, tal remédio constitucional será concedido para proteger “direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data”.

Isso significa, primeiramente, que ele somente deverá ser utilizado com o intuito de resguardar um direito que seja *líquido e certo*, ou seja, este é um pré-requisito do mandado de segurança, a existência de um *direito líquido e certo*, haja vista que rito processual não permite a dilação probatória, pressupondo a apresentação de prova pré-constituída juntamente com a petição inicial.

Por esta expressão, podemos entender como sendo um direito, nas palavras de Meirelles (2001 apud FACCI, 2004, p. 32), “que se apresenta manifesto na sua essência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração”.

Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. (MEIRELLES, 2001 apud FACCI, 2004, p. 32).

Tratar-se-ia, portanto, de um direito revestido de incontestabilidade, que seja evidente à primeira vista, que possa ser reconhecido sem demora por meio da



cognição primária e precária do julgador diante da análise de fatos que se mostram certos e incontestáveis, diante dos documentos que são apresentados pelo impetrante como verdadeiros alicerces para as suas alegações.

Precisamos apenas fazer uma ressalva: observar-se-á a liquidez e certeza relativamente aos fatos e não ao direito, haja vista que este sempre é líquido e certo. A dúvida paira muitas vezes sobre os fatos, que nem sempre são de fácil observação e determinação.

Além disso, somente utilizar-se-á o mandado de segurança para amparar um direito que não esteja relacionado à liberdade de locomoção do indivíduo, nem ao direito de se ter acesso a informações pessoais, pois para estes casos existem instrumentos próprios, o habeas corpus e o habeas data, respectivamente.

#### 1.2.5 Objeto da impugnação

Lançando mão do conceito de mandado de segurança trazido pelo texto constitucional vigente, temos que tal remédio constitucional será concedido para proteger direito líquido e certo “quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. Isto significa que o objeto da impugnação será um ato ilegal praticado pelo Poder Público, em sentido *lato*. Buscar-se-á, portanto, a correção ou impedimento da consumação desse ato de autoridade pública ou “não pública”.

Nesse sentido, Facci (2004, p.40) nos explica que:

Ato de autoridade, para fins de mandado de segurança, é todo e qualquer ato ou conduta ou omissão que provenha do Poder Público ou de seus delegados, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Complementando tal entendimento, Ferraz (2006, p. 138) defende que coator é aquele ato ou omissão de autoridade pública, ou de agente de pessoa jurídica que exerça atribuições do Poder Público, “marcado de ilegalidade ou abuso

de poder, que ameace ou viole direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.”

Para exemplificar o que vem a ser um ato omissivo, podemos citar o caso em que determinada autoridade se recusa a oferecer resposta, positiva ou negativa, a determinado requerimento que lhe foi dirigido. Essa omissão ou ‘silêncio’ do Poder Público, sem justificativa plausível, configura *abuso de poder*. No entanto, essa ilicitude só fica evidente quando há previsão de um prazo para essa manifestação. Quando não é estipulado prazo algum, deve-se utilizar a razoabilidade e a proporcionalidade. Nesse sentido, compartilhamos do entendimento de Ferraz (2006), que defende que a administração tem o dever de agir, não havendo a necessidade de qualquer estímulo para a sua atuação. Apesar disso, há decisões que defendem a necessidade do demandante comprovar que tenha provocado a autoridade à prática do ato.

Já em relação à discussão gerada pelo termo “ato de autoridade”, Wald (2006, p. 139) nos revela que até se cogitou utilizar o mandado de segurança somente para combater atos do Poder Executivo, excluindo-se aqueles emanados dos outro dois Poderes. Todavia, logo se percebeu que “não se podia conceder o mandado sem que tivesse havido um ato de autoridade, um ato de natureza administrativa, na maioria dos casos, que viesse lesar o direito subjetivo.”

Nesse sentido, ainda segundo Wald (2006, p. 139), “a jurisprudência sempre exigiu a prova da existência do ato de autoridade lesivo do direito líquido e certo” para a concessão do *mandamus*. Por outro lado, nunca se admitiu a sua utilização para combater atos praticados por particulares, exceto quando investidos de funções delegadas pelo Poder Público, como permitia os writs previstos na legislação norte-americana.

Consolidou-se, portanto, na doutrina, principalmente após a promulgação da lei nº 191, de 16 de janeiro de 1936, o entendimento de que deveriam ser conhecidos pelos juízes os mandados de segurança “contra atos de quaisquer outras autoridades federais, inclusive legislativas, e contra ato de juiz ou tribunal federal.” (WALD, 2006, p. 141). No entanto, a corrente minoritária que não admitia a utilização do *mandamus* contra atos jurisdicionais em hipótese alguma somente se desfez mais tarde, com o advento da lei nº 1533, de 31 de dezembro de 1951, conforme estudaremos mais adiante nessa pesquisa.

Em relação ao mandado de segurança contra ato emanado do Legislativo, há o entendimento de que ele só possa ser utilizado para impugnar atos praticados pela Mesa das Câmaras. Além disso, permite-se a utilização do *mandamus* “sempre que o ato legislativo encubra na realidade um ato administrativo” (WALD, 2006, p. 144). Cabe ressaltar o teor da súmula 266 do Supremo Tribunal Federal, que estipula que “não cabe mandado de segurança contra lei em tese”.

Já em relação ao mandado de segurança contra ato do Judiciário, que no terceiro capítulo desta pesquisa será melhor estudado, Lucio Facci nos apresenta a lição de Hely Lopes Meirelles:

Atualmente é pacífico o entendimento de que os atos judiciais – acórdão, sentença ou despacho – configuram atos de autoridade, passíveis de mandado de segurança, desde que ofensivos de direito líquido e certo do impetrante, como também os atos administrativos praticados por magistrados no desempenho de funções de administração da justiça sujeitam-se à correção por via do *mandamus*. (MEIRELLES, 2001 apud FACCI, 2004, p. 41).

Assim sendo, temos que, atualmente, as decisões judiciais podem ser entendidas como atos de autoridade e que, por isso, estaria satisfeita a condição prevista no conceito do mandado de segurança apresentado pela Carta Magna vigente.

### 1.2.6 Formas de tutela

Primeiramente, precisamos observar que existem dois tipos de mandado de segurança, no que se refere à tutela pretendida: há o mandado de segurança *repressivo* e o *preventivo*.

O primeiro, cuja ocorrência é mais comum, é utilizado para obstar o prosseguimento de uma ilegalidade ou abuso de poder já cometidos. Nessa hipótese, a autoridade pratica o ato, o titular do direito toma ciência e impetra o *mandamus*, com vistas a reprimir essa conduta que ele entende como ilegal.

Já na segunda modalidade, o impetrante age preventivamente pautado em um justo receio de vir a sofrer a violação de um direito líquido e certo, praticável por determinada autoridade, em um futuro próximo. No que se refere a esse ponto, Facci (2004, p. 44) faz a seguinte ressalva:

Assim como ocorre em sede de mandado de segurança repressivo, o *writ* preventivo também deverá fundar-se na prova, pré-constituída, de direito subjetivo líquido e certo. O que se adiciona a essa exigência, na espécie, é a demonstração da ameaça contra esse direito, que partirá sempre da autoridade impetrada.

Boa parte da doutrina critica a insistência, por parte do legislador ao redigir a nova lei do mandado de segurança, na utilização da expressão “justo receio”, defendendo que esta é inadequada, na medida em que pesa sobre ela uma dose de subjetividade, pois passa a impressão de que o receio do autor seja determinante. Segundo Ferraresi (2010, p. 12), “o importante não é o receio do autor, mas sim a ameaça da prática de um ato ilegal ou abusivo que lese ou ameace de lesão qualquer pessoa, física ou jurídica”. O foco não deveria estar no receio, mas sim na ameaça.

## **2. ESTUDO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS ATOS JURISDICIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO**

Terminadas essas considerações introdutórias acerca das origens históricas e da estrutura fundamental do mandado de segurança, passamos agora a analisar os meios de impugnação dos atos judiciais previstos na legislação brasileira. Procuraremos sistematizar esses meios de impugnação com o intuito de realizarmos mais na frente, de uma forma mais embasada, as análises e exposições necessárias para atingirmos o objetivo principal dessa pesquisa.

### **2.1 ATOS JURISDICIONAIS**

Sabemos que, ao longo do processo, vários atos são praticados pelo Juiz, atos que decidem a lide ou que resolvem alguma questão incidente. Tendo em mente a triangularização que representa a relação processual (demandante, demandado e Estado-Juiz), todos os atos não praticados pelo demandante e ou pelo demandado, são denominados jurisdicionais, pois são realizados pelo juiz, aquele que exerce a jurisdição.

No entanto, conforme a lição de Facci (2004), precisamos observar que nem todos os atos praticados pelo Juiz possuem conteúdo jurisdicional, pois existem aqueles que são praticados no exercício de funções meramente administrativas, destacadas do ofício primeiro do Juiz que é julgar. Podemos, portanto, ainda segundo aquele autor, denominar esses atos sem conteúdo jurisdicional de meramente administrativos, enquanto que aqueles dotados de conteúdo jurisdicional podem ser chamados de atos jurisdicionais típicos.

Com relação aos atos jurisdicionais, Facci (2004) nos explica que existem duas grandes categorias: a dos provimentos (ou pronunciamentos) e a dos

chamados atos materiais. Os provimentos seriam as manifestações do juiz ao longo do processo, resolvendo questões, determinando que providências sejam tomadas. Já os atos materiais se caracterizariam por não serem dotados de atributo de resolução ou determinação, tratando-se apenas de atos instrutórios e de documentação.

Os atos jurisdicionais podem ser classificados também como decisórios e não-decisórios. Os primeiros são dotados de um conteúdo de deliberação ou de comando. Já os segundos são atos cujo conteúdo seja de função administrativa, ou de polícia judicial. (THEODORO JR, 1999 apud FACCI, 2004, p. 47).

Além dessas classificações oriundas da doutrina, temos no Código de Processo Civil brasileiro os atos praticados pelo juiz e sua conceituação. Conforme o seu artigo 162, “os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.” Em seguida, no mesmo artigo, no parágrafo 1º, define-se a sentença como sendo “o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei”, artigos estes que prevêm as hipóteses de extinção do processo sem e com resolução do mérito, respectivamente. Já no parágrafo 2º, tem-se o conceito de decisão interlocutória, como sendo “o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.” Por conseguinte, no parágrafo 3º, define-se os despachos como sendo “todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.”

Estudar os tipos de atos praticáveis pelo juiz se mostra uma tarefa de suma importância, bem como a sua correta identificação, na medida em que o tipo de ato é que determina o meio de impugnação cabível no caso em tela. É o que defende Facci (2004, p. 48), ao dizer que:

Em sede recursal, a matéria, por exemplo, é gravíssima, pois o que determina a espécie de recurso a ser utilizada pelas partes no processo é, exatamente, a natureza do ato jurisdicional a ser desafiado. Assim é que de

sentença caberá apelação (art. 513); de decisão interlocutória o recurso cabível será o agravo (art. 522); e os despachos serão irrecorríveis (art. 504, do CPC).

É importante frisar que o conteúdo do ato praticado pelo juiz é que deve ser levado em consideração, independentemente do nome que é dado pela norma legal ou pelo próprio juiz.

## 2.2 QUADRO GERAL DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Após essa breve exposição acerca dos atos jurisdicionais e seus tipos, façamos agora um estudo acerca dos meios de impugnação desses atos, previstos no sistema jurídico brasileiro.

Primeiramente, é importante que percebamos que a possibilidade de impugnar os atos jurisdicionais é uma garantia lógica, facultada às partes, de que o julgamento da demanda estará alinhado, o mais próximo possível, com o que preconiza o Direito e ao que seria o mais justo no caso em análise. Essa garantia, inclusive, está prevista em nossa Carta Magna atual, em seu artigo 5º, inciso LV, ao garantir que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Por outro lado, segundo Facci (2004), devemos ter em mente que a sociedade anseia por uma justiça que tenha, entre outras coisas, a característica da celeridade, e que o processo sendo um instrumento capaz de garantir a eficaz aplicação da justiça ao caso concreto, garantindo assim segurança jurídica às decisões judiciais. Essa dualidade – justiça *versus* segurança jurídica – é administrada pelo legislador que, ora amplia as possibilidades de impugnação, ora

as restringe, buscando maior celeridade, dependendo, em grande parte, da corrente política vigente em determinada época.

Os meios de impugnação dos atos jurisdicionais podem ser classificados em: *recursos* e *ações autônomas de impugnação*. Os recursos se caracterizam por promoverem o reexame de decisões no âmbito do mesmo processo, antes do trânsito em julgado. Já as ações autônomas de impugnação, como o próprio nome indica, são processos novos, capazes de gerar novas relações processuais.

Além disso, conforme a lição de Facci (2004), não podemos confundir as ações autônomas de impugnação e os recursos com os chamados incidentes processuais (incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência), que o Código de Processo Civil prevê. Estes, ainda segundo aquele autor, assim como os recursos, não geram nova relação processual, pois apenas provocam um desvio no curso normal do processo, mas, em contrapartida, não são dotados de características típicas dos recursos, como a voluntariedade, o efeito devolutivo, entre outras. Por outro lado, tais incidentes também não possuiriam natureza de ação autônoma, pois, como já foi dito, não geram uma nova relação processual.

Ainda segundo Facci (2004), existem ainda outros meios de impugnação das decisões judiciais que não podem ser enquadrados como recursos ou ações autônomas: são os chamados meios atípicos de impugnação. São exemplos desses meios a correção parcial e o pedido de reconsideração.

Passamos agora ao estudo sintético de cada uma dessas espécies de meios de impugnação das decisões judiciais.



### 2.2.1 Dos recursos

Façamos agora um estudo acerca das características básicas dos recursos, abordando a conceituação, a natureza jurídica e os princípios gerais. Estes breves comentários serão úteis para dar respaldo à discussão principal dessa pesquisa.

#### 2.2.1.1 Conceito

A definição mais aclamada na doutrina é de Barbosa Moreira (2003 apud DIDIER JR.; CUNHA, 2009, p. 19), que o sintetiza como sendo o “remédio voluntário idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial que se impugna.”

Desse conceito, podemos destacar alguns pontos. Primeiramente, a característica da voluntariedade, pois as partes não são obrigadas a recorrer de decisões que lhe são, ao todo ou em parte, desfavoráveis. Elas têm a “possibilidade de recorrer”. Por este motivo que não se considera recurso o reexame necessário – também conhecido como duplo grau de jurisdição obrigatório, previsto no art. 475 do CPC, justamente por lhe faltar este atributo.

O recurso também possui a característica da idoneidade (no sentido de legalidade), estando correlacionado ao princípio do duplo grau de jurisdição, que consiste na possibilidade de reexame, por juízos distintos, das decisões proferidas, com o intuito a proporcionar segurança jurídica à prestação jurisdicional.

Outra característica do recurso é a sua interposição sempre dentro do mesmo processo em que se proferiu a decisão impugnada. Da interposição de recurso, nunca surgirá outro processo, mesmo havendo casos em que o recurso é

formado em autos apartados ao da ação principal, havendo neste caso, apenas um desdobramento do procedimento. (FACCI, 2004).

Mais adiante, o referido conceito apresenta as quatro possibilidades de resultados possíveis de serem alcançados através da interposição de recursos: a reforma, quando a parte recorrente tenta demonstrar que há um *error iudicando*; a invalidação, quando ela tenta demonstrar a existência de um *error in procedendo*; o esclarecimento, quando a recorrente busca dirimir uma obscuridade ou contradição na decisão recorrida, pleiteando uma reafirmação da decisão, por parte do juízo, agora de uma forma mais clara; e, por fim, a integração, quando a parte requer o preenchimento de lacunas existentes na decisão atacada, com a manifestação do juiz acerca de questões que não teriam sido analisadas naquela. (FACCI, 2004).

#### 2.2.1.2 Natureza jurídica

A doutrina dominante entende que os recursos representam uma extensão do direito de ação já exercido pela primeira vez na ação original, cuja decisão se pretende questionar. Tratar-se-ia, portanto, de um prolongamento desse direito, isso porque a relação processual já estaria formada, e em caso de propositura de uma nova ação, estaria configurada a inviabilizadora da litispendência.

Nesse sentido, Bueno (2010) defende que o recurso não é uma nova ação, mas a mesma, originalmente exercitada, que está sendo renovada, desdobrada, com o intuito de obter vantagem e que pode ser utilizado não só pelo demandante, mas também pelo demandado, numa extensão de seu direito de defesa, bem como por terceiros interessados.

### 2.2.1.3 Princípios gerais

Alguns princípios balizam a essência os recursos no direito brasileiro. Dentre os mais importantes, podemos citar: taxatividade, unirrecorribilidade, fungibilidade, voluntariedade e proibição de *reformatio in pejus*.

O princípio da taxatividade se refere à vedação, feita pelo legislador às partes litigantes, de se criar recursos próprios para contestar decisões desfavoráveis. Isso foi feito para garantir segurança jurídica ao sistema processual, pois as partes sabem que apenas determinados recursos, criados tão somente por lei federal, poderão ser utilizados pela parte adversa para questionar determinada decisão.

Nesse sentido, o Código de Processo Civil vigente elenca, nos incisos de seu artigo 496, os seguintes recursos cabíveis no sistema recursal brasileiro: I – apelação; II – agravo; III – embargos infringentes; IV – embargos de declaração; V – recurso ordinário; VI recurso especial; VII – recurso extraordinário; e VIII – embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

Já o princípio da unirrecorribilidade (também denominado da singularidade, ou da unicidade) veda a utilização cumulativa de dois ou mais recursos para combater a mesma decisão judicial.

A doutrina defende que esse princípio, expresso no artigo 809 do Código de Processo Civil de 1939, estaria implícito no Código atual. Conforme a lição de Nelson Nery Júnior (1990 apud FACCI, 2004, p. 65):

A subsistência desse princípio no direito vigente decorre da interpretação sistemática que se faz do art. 496, que enumera os recursos admissíveis pelo código, e da correlação que deve existir entre o art. 162 e os arts. 504, 513 e 522, de sorte que, ao definir os atos decisórios do juiz, estipulando o cabimento de determinado recurso para cada qual, o CPC adotou o princípio da singularidade.

O terceiro princípio, da fungibilidade, decorre do anterior, na medida em que prevê o aproveitamento do recurso que tenha sido erroneamente nominado, considerando-o aquele que deveria ter sido interposto para combater determinada decisão.

Esse princípio encontra respaldo na regra da instrumentalidade das formas, prevista nos artigos 244 e 249 do CPC, que prevê o aproveitamento de determinado ato desde que este tenha atingido sua finalidade.

Já o princípio da voluntariedade, anteriormente citado quando apresentamos o conceito de recurso, estabelece a necessidade de o recurso decorrer da livre manifestação de vontade da parte em contestar dada decisão que lhe é desfavorável. Havendo obrigatoriedade em se praticar o ato, não estamos diante de um recurso.

A proibição de *reformatio in pejus* (reforma para pior), também um consagrado princípio dos recursos, prevê que um recurso somente poderá trazer benefício ao recorrente, nunca prejudicá-lo além da decisão impugnada. Na lição de Alexandre Câmara (2002 apud FACCI, 2004, p. 70), “em outros termos, não se pode, no julgamento de um recurso, agravar a situação de quem recorreu”.

#### 2.2.1.4 Efeitos da interposição dos recursos

Segundo Facci (2004), a interposição de um recurso pode provocar os seguintes efeitos: impedir o trânsito em julgado da decisão impugnada; devolver ao juízo *ad quem* o exame da matéria; e suspender os efeitos do ato combatido. Cabe ressaltar que segundo alguns autores, como Fredie Didier Jr e Leonardo Cunha,

existiriam outros efeitos possíveis, porém correspondem a derivações dos acima indicados.

Com relação ao primeiro efeito, é comum aos recursos em geral, impedir o trânsito em julgado da decisão impugnada, na medida em que nova decisão deverá ser proferida, e esta sim poderá transitar em julgado, não a anterior.

Já o segundo efeito, comumente denominado *devolutivo*, eleva o exame da matéria discutida a um órgão diverso, geralmente de hierarquia superior àquele que proferiu a decisão impugnada. Cabe salientar que toda a questão poderá ser levada ao exame superior, desde que tenha sido requerida no âmbito do recurso. Excetuam-se algumas questões que por força de lei, poderão ser apreciadas *ex officio* pelo órgão *ad quem*, como por exemplo, matérias de ordem pública, conforme preceitua o art. 267, §3º, do CPC.

Por último, temos o efeito suspensivo, que impede a produção de efeitos, pela decisão impugnada, até o julgamento do referido recurso. Na lição de Facci (2004), segundo o entendimento da doutrina, esse efeito não seria consequência da interposição dos recursos, pois aqueles atos jurisdicionais passíveis de recurso dotado de efeito suspensivo, já não produziram efeitos de imediato. Portanto, tal efeito não impediria a eficácia do ato, mas apenas prolongaria o estado de ineficácia do mesmo.

### 2.2.2 Das ações autônomas de impugnação

Após esse estudo acerca dos recursos, façamos agora alguns comentários sobre outro meio de impugnação típico dos atos jurisdicionais previsto

no sistema processual brasileiro: são as chamadas ações autônomas de impugnação.

Conforme já dito anteriormente, a principal distinção que podemos fazer entre as ações autônomas e os recursos, está no fato daquelas necessariamente produzirem nova relação processual diversa daquela formada no processo cuja decisão se impugna.

Apesar dessa clara distinção, difundiu-se na doutrina a expressão “sucedâneos recursais” para qualificar os meios de impugnação previstos na norma legal que não podiam ser considerados recursos, mas que poderiam ser considerados seus substitutos por terem a mesma finalidade dos recursos. Compartilhamos da opinião de Facci (2004) que acredita na impropriedade dessa expressão, primeiro por sugerir erroneamente que todo meio de impugnação de decisões deveria ter a natureza de um recurso, ou mesmo sua finalidade; segundo, por ela afrontar princípios inerentes dos recursos, principalmente a unirrecorribilidade e a taxatividade, ao admitir que outros institutos lhes substituam; e por último, por uma questão terminológica, na medida em que aproxima institutos de natureza e características distintas. Nesse sentido, Alfredo Buzaid (1989 apud FACCI, 2004) nos garante, especificamente em relação ao mandado de segurança contra ato jurisdicional, que este não é “substitutivo ou sucedâneo de agravo, de apelação, de embargos infringentes ou de embargos de declaração; em uma palavra: não supre a falta do recurso que a parte deixou de interpor.”

Superado isso, podemos admitir que os recursos sejam a via mais comum de se impugnar decisões judiciais. No entanto, o legislador criou instrumentos específicos, diversos dos recursos, para combater determinados atos. Entre eles, podemos citar a ação rescisória, os embargos de terceiro, o *habeas corpus*, o

*habeas data*, a reclamação, e o mandado de segurança, objeto principal de nosso estudo.

De maneira sintética, podemos conceituar que a ação rescisória visa rescindir (anular, invalidar, desfazer) uma sentença de mérito transitada em julgado. Com a coisa julgada material, tem fim o processo, não havendo possibilidade de recurso. Além disso, ela não pode ser considerada um recurso “por não atender ao princípio da taxatividade, ou seja, por não estar prevista em lei como recurso” (DIDIER JR.; CUNHA, 2009, p. 361)

Os embargos de terceiro foram criados para permitir ao embargante a possibilidade de pleitear a exclusão de bens de sua propriedade que estão sendo alvo de apreensão judicial decorrente de processo do qual ele não faz parte. Nesses termos, está configurada a formação de nova relação processual, o que não é permitido aos recursos.

Já no caso do *habeas corpus* – que pode ser impetrado contra decisão transitada em julgado ou contra ato de autoridade, e no do *habeas data* – capaz de impugnar ato de natureza administrativa, além de serem capazes de reformar esses atos que não são passíveis de recurso, também se caracterizam pela formação de nova relação jurídico-processual. (FACCI, 2004).

No que se refere à reclamação, apesar da acirrada discussão existente na doutrina, onde uma corrente defende que ela tenha natureza jurídica de recurso, entendemos tratar-se de ação autônoma. Conforme prevêm os artigos 102, inciso I, alínea I, e 105, inciso I, alínea f, será processada e julgada originariamente a reclamação pelo Supremo e pelo Superior Tribunal de Justiça para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões das referidas pelas Cortes Superiores. A reclamação, portanto, não seria mero procedimento, pois não tem

caráter eminentemente processual. Visa, por outro lado, garantir que as decisões sejam proferidas por autoridade competente e que tenham plena eficácia.

Já o mandado de segurança é considerado ação autônoma por claramente inaugurar nova relação processual.

### 2.2.3 Dos meios de impugnação atípicos

Conforme já foi dito, há meios de impugnação dos atos jurisdicionais que não podem ser enquadrados como recursos, nem como ações: são os chamados *meios de impugnação atípicos*. Trata-se, portanto, dos demais instrumentos que se destinam a impugnar decisões judiciais não enquadráveis naquelas duas categorias. Os meios mais comuns são: a correção parcial e o pedido de reconsideração.

A primeira, segundo Bueno (2010) tem como objetivo verificar a regularidade da atuação judicial em relação aos expedientes ou serviços forenses – à condução do processo, portanto –, incluindo também o comportamento e a própria disciplina do magistrado, mas não para questionar a qualidade de suas decisões do ponto de vista procedimental ou material. Estaria, portanto, apta para combater apenas atos de natureza administrativa do juiz. Além disso, ela é considerada um meio atípico por não estar prevista na lei processual.

Já o pedido de reconsideração, na lição de Facci (2004, p. 84), é “um expediente utilizado pelas partes para se impugnar um ato jurisdicional qualquer, não se exigindo para a sua utilização qualquer regra cogente de ordem pública relativa à interposição de recursos.” Está, portanto, dispensado das regras relativas ao prazo, preparo, fundamentação, etc., que são comuns aos recursos. Além disso, caracteriza-se como meio atípico pelo mesmo motivo da primeira: não está previsto em lei processual.



### 3 ESTUDO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS JURISDICIONAIS

Conforme já foi dito na seção 1.2.5, Hely Lopes Meirelles nos explica que, atualmente, está superado o entendimento de que os atos judiciais – acórdão, sentença ou despacho – são considerados atos de autoridade e que, portanto, são passíveis de contestação por meio de mandado de segurança, desde que ofendam direito líquido e certo do impetrante.

Do mesmo modo, os atos administrativos praticados pelos magistrados no exercício normal de suas funções, também estão sujeitos à impugnação através do *mandamus*. Nesse sentido, temos a opinião de Bueno (2010, p. 479) ao defender que “não há qualquer espaço de dúvida quanto ao cabimento do mandado de segurança para questionar atos judiciais praticados no exercício de função *atípica* pelo Estado-juiz”. Um exemplo de função atípica seria a prática de atos administrativos relacionados à realização de concurso público para a nomeação de novos servidores.

No entanto, um longo período se passou e muitas discussões foram travadas na doutrina até que se chegasse ao entendimento majoritário que temos hoje a respeito da primeira situação. Segundo Facci (2004), numa tentativa de sistematização, a doutrina divide esse período em três fases: a primeira tem início na criação do instrumento pela Constituição Federal de 1934 e vai até o surgimento da lei 1533/51; a segunda fase, do advento da referida lei até o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do *leading case* consolidado no RE 76909/RS; e o terceiro, a partir desse julgamento até o ano de 2009. Como aquela obra de Facci data do ano de 2004, ainda não havia sido promulgada a lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que atualmente regulamenta instituto. Por conta disso,

acrescentaremos uma quarta fase, que se inicia com a promulgação da nova lei do mandado de segurança e segue até os dias atuais.

Estudaremos agora, cada uma dessas fases.

### 3.1 PRIMEIRA FASE: A ADMISSIBILIDADE DA IMPETRAÇÃO

Quando do surgimento do instituto do mandado de segurança no texto da Carta Constitucional de 1934 (já apresentado na seção 1.1.2), muitos argumentos surgiram no sentido de não permitir a sua utilização para combater atos jurisdicionais. Segundo Facci (2004), três correntes de doutrinadores se formaram naquela época: a primeira, defendida por Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Celso Agrícola Barbi, Ataliba Viana, entre outros, era a mais radical, pois negava absolutamente tal possibilidade; a segunda corrente, da qual fazia parte Castro Nunes, Machado Guimarães, Aderbal Freire, entre outros, denominada ‘casuística’, admitia o cabimento do *mandamus* apenas em casos muito excepcionais, na ausência de outro remédio jurídico; por último, a corrente denominada liberal, que admitia sua ampla utilização para combater atos jurisdicionais, e era defendida por Augusto Meira.

Tal polêmica se deu pelo fato do texto constitucional não elencar expressamente quais atos do Poder Judiciário poderiam ser combatidos, “qualificando como o objeto da impugnação do mandado de segurança os atos emanados de **qualquer autoridade**” (FACCI, 2004, p. 89, grifo nosso).

Entre os argumentos mais utilizados por aqueles que não admitiam a utilização do *mandamus* para combater atos jurisdicionais, dizia-se que essa extensão do alcance do referido instituto traria uma situação de falta de segurança

jurídica, comprometendo o sistema judiciário. Todavia, mostra-se um erro tornar absoluta tal proibição, haja vista que existem inúmeras situações que ensejariam reforma e que nem sempre possuem um meio de impugnação previsto na norma.

Defendia-se também que haveria a revelia da parte contrária na nova relação jurídica que se forma da impetração do mandado de segurança, já que o impetrado seria o Estado-Juiz e isso impediria que o autor ou réu da ação originária se manifestasse. Neste caso, não estaria necessariamente configurada a revelia, na medida em que tais partes figurariam nos autos do mandado de segurança na qualidade de litisconsortes necessários, apesar de não haver consenso na doutrina sobre esse ponto.

Argumentava-se também a questão da regra do prazo decadencial (120 dias) no mandado de segurança, muito superior aos previstos para interposição de recursos. No entanto, tal argumento só encontra respaldo quando não se faz a devida distinção entre recurso e ação autônoma de impugnação, diante da natureza distinta que possuem e que já foi estudada nessa pesquisa.

### 3.2 SEGUNDA FASE: O ADVENTO DA LEI Nº 1.533/51.

Com o advento da lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que regulamentou o instituto do mandado de segurança até 2009 (quando entrou em vigor a lei nº 12.016/09), se desfez a corrente radical que não admitia de forma alguma a utilização do *mandamus* contra atos jurisdicionais. Isso porque aquela lei positivou tal possibilidade, ao apresentar a seguinte redação em seu artigo 5º, inciso II: “Não se dará mandado de segurança, quando se tratar: (...) de despacho ou

decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção.”

Posteriormente, veio a súmula nº 267 do Supremo Tribunal Federal, que confirmou tal entendimento ao orientar que “não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção.” (BRASIL, 2009a)

No entanto, a positivação dessa restrição pelo legislador na redação do art. 5º não foi capaz de sanar as divergências de opiniões dos doutrinadores da época. Segundo Milton Flaks (1980 apud FACCI, 2004, p. 95):

Não poderia ter sido mais infeliz a fórmula adotada, se o propósito do legislador foi por cobro ao dissídio que lavrava na doutrina e na jurisprudência. Indiferentes à nova regulamentação, pela sua ambigüidade, julgados e escólios continuaram se dividindo como antes.

Tal incapacidade estava relacionada ao fato da referida norma ter sido promulgada quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1939, que, segundo Facci (2004), era um sistema que apresentava lacunas, na medida em que havia determinadas decisões que não estavam sujeitas a recurso algum, principalmente as interlocutórias. Dessa forma, o objeto da tutela do mandado de segurança (um direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* e *habeas data*, lesado ou ameaçado de lesão) estaria desprotegido nos casos em que da referida decisão não permitisse a interposição de recurso capaz de cessar os efeitos do ato jurisdicional ilegal.

Já no Código de Processo Civil em vigor, de 1973, institucionalizou-se, segundo Facci (2004), o princípio da ampla recorribilidade das decisões. Pautada em tal princípio, a referida norma prevê: a *apelação*, em seu art. 513, como meio de impugnação das sentenças extintivas (com ou sem julgamento do mérito), podendo lhe ser atribuído o efeito suspensivo mesmo nos casos em que a norma prevê

apenas o devolutivo (art. 558, § único); o *agravo de instrumento*, em seu art. 522, como meio de impugnação das decisões interlocutórias, em regra sem efeito suspensivo, exceto se preenchidos os requisitos autorizadores (art. 527, III, c/c art. 558); a *irrecorribilidade* dos despachos, em seu art. 504, desde que sejam “de mero expediente”, seu conteúdo decisório, estando sujeito a impugnação por meio da correição parcial, meio atípico já estudado na seção 2.2.3; e, por último, o *trânsito em julgado* das sentenças irrecorríveis, tanto por via ordinária quanto extraordinária, operando-se a coisa julgada, em seu art. 467, bem como das decisões interlocutórias preclusas, conforme o art. 473, pela perda do direito de agir causada pelo decurso do prazo legal.

Assim sendo, podemos perceber que foram muito reduzidas as hipóteses em que o *mandamus* poderia ser utilizado diante da ausência de recurso próprio capaz de impugnar ato jurisdicional que viole ou ameace direito líquido e certo do impetrante. Tal situação acabou por criar divergências no âmbito da doutrina, relacionadas a essa restrição contida no art. 5º, inciso II, da lei nº 1533/51, corroborada pela súmula 267 do Supremo.

Segundo Ferraz (2006, p. 177), três correntes de pensamento se estabeleceram nesse momento, a saber:

I – a gramatical ou literal, que aplicava com rigidez o inciso II do art. 5º da lei 1.533; tal era a facção dominante; II – a liberal, que não tributava atenção à lei 1.533, satisfazendo-se, como pressupostos da ação, com os parâmetros constitucionais vigentes: a ilegalidade ou abuso de poder do ato judicial, sendo irrelevante a existência de recursos, bem como seus efeitos; III – a moderada, que aceitava a impetração quando inexistisse, para atacar o ato judicial, recurso com efeito suspensivo.

Podemos perceber que, mais uma vez, três linhas de pensamento se formaram, sendo que a força do texto da lei específica foi capaz de arrebanhar a maior parte dos doutrinadores.

### 3.3 TERCEIRA FASE: JULGAMENTO DO LEADING CASE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O julgamento pelo plenário do Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 76.909, ocorrido em 5 de dezembro de 1973 e relatado pelo Ministro Xavier de Albuquerque, tornou-se um verdadeiro marco histórico capaz de inicializar uma terceira fase de discussões acerca das hipóteses possíveis de impetração do mandado de segurança para combater atos jurisdicionais.

Para Milton Flaks (1980 apud FACCI, 2004), tal decisão foi tão bem embasada que conseguiu retratar de forma perfeita e sintetizar de forma magistral todos os debates ocorridos até então a respeito do mandado de segurança e o ato jurisdicional, desde a criação do instituto pela Carta Magna de 1934.

Segundo Facci (2004), o referido acórdão fixou a tese da possibilidade de impetração do mandado de segurança para combater ato jurisdicional que possuísse recurso próprio previsto em lei, desde que este não tivesse efeito suspensivo e o ato impugnado fosse capaz de causar dano irreparável ou de difícil reparação. Com isso, abrandou-se o rigor da súmula 267 do Supremo e a norma do artigo 5º, inciso II, da lei específica vigente à época. Cabe salientar, por outro lado, que esse acórdão não recebeu apoio unânime dos demais ministros que participaram daquela seção de julgamento.

Além disso, o próprio Ministro Xavier de Albuquerque reconheceu, no entanto, que a solução encontrada por ele não superava definitivamente as controvérsias existentes naquela época acerca da matéria em questão. Em seu voto, ele afirmou que:

A jurisprudência, nossa e alheia, não ajuda decididamente na busca de diretrizes básicas que se possam adotar no tocante à afilativa questão. Cai, ao contrário, no casuísmo que Victor Nunes qualificou de lamentável e que,

sem discordar inteiramente, não estou longe de considerar inevitável. (XAVIER DE ALBUQUERQUE, 1973 apud FACCI, 2004, p. 100).

Temos, portanto, que uma das dificuldades de se superar o tema se encontra justamente na necessidade de analisar caso a caso a admissibilidade do mandado de segurança contra atos jurisdicionais, ao invés de se construir uma regra geral embasada na melhor doutrina que se aplique a todos os casos. Dessa forma, mostrar-se-ia impossível a esquematização das hipóteses de cabimento do *mandamus* contra atos jurisdicionais, bem como as de não cabimento.

Facci (2004) nos apresenta as três correntes doutrinárias desenvolvidas nessa terceira fase, decorrentes dos diferentes enfoques que foram dados a questão: a primeira corrente, dita *legalista*, defensora a interpretação gramatical do texto restritivo do artigo 5º, inciso II, da lei 1.533/51; a segunda corrente, na linha do entendimento firmado no acórdão do Recurso Extraordinário nº 76.909 e que se mostrou majoritária na doutrina e na jurisprudência, defendendo a possibilidade de impetração do *writ* quando para o ato jurisdicional combatido não houver previsão de recurso com efeito suspensivo; e, por último, a terceira corrente, dita *liberal*, que admite a ampla utilização do *mandamus* para impugnação desses atos, desde que se observem os requisitos autorizadores previstos na Carta Magna vigente.

Façamos agora um estudo mais pormenorizado de cada uma dessas correntes doutrinárias.

### 3.3.1 Primeira corrente

Os doutrinadores alinhados a essa corrente, dita *legalista*, defendiam, entre outras coisas, que o texto restritivo do artigo 5º, inciso II, da lei 1.533/51, punha

fim à discussão acerca das hipóteses de cabimento do *mandamus* contra atos jurisdicionais, pois dava uma solução justa e de caráter compulsório à questão.

Nesse sentido, Miguel Seabra Fagundes (1984 apud FACCI, 2004, p. 102) disse que o problema do cabimento do mandado de segurança nesses casos teria sido resolvido pelo artigo 5º daquela lei, e que:

A ressalva, que realmente se justifica ao mandado de segurança em face dos atos judiciais, é aquela que a lei acolhe dos atos recorríveis (art. 5º, II). Admitir que o mandado de segurança se antepusesse aos recursos ou os substituísse, importaria, na verdade, numa subversão de todo o sistema funcional do Poder Judiciário, que o legislador constituinte conhecia, e logicamente não teria razões para subverter, e ao qual, aliás, ratificou com acolher o critério da pluralidade de jurisdição.

No entanto, o mesmo Miguel Seabra Fagundes acabou por abrandar tal posicionamento legalista, segundo Facci (2004), ao admitir que o *writ* poderia ser utilizado quando o recurso cabível não se mostrasse eficiente na sua função de proteger o direito subjetivo ameaçado, devido à possibilidade do perecimento desse direito em função do rito de tramitação empregado, inserido-se isso num quadro de morosidade do Poder Judiciário que se mantém até os dias atuais.

Já o professor Paulo Rangel (2002 apud FACCI, 2004, p. 103) defende “que, em havendo previsão de recurso próprio, faltarão interesse de agir ao autor da ação constitucional”. Ele cita ainda o princípio da taxatividade dos recursos para justificar tal posicionamento.

Os defensores dessa corrente ainda relativizam tal entendimento ao permitirem a impetração do *writ* contra decisões teratológicas, ou seja, quando tal decisão se mostrar uma verdadeira “aberração jurídica” que ofenda o ordenamento jurídico vigente (FACCI, 2004).



### 3.3.2 Segunda corrente

Ao defender a possibilidade de impetração do mandado de segurança contra atos jurisdicionais que não possuam recurso com efeito suspensivo previsto na norma legal, essa segunda corrente se tornou majoritária na doutrina. No entanto, divergências ainda existem internamente no que diz respeito à oportunidade da impetração (FACCI, 2004).

Alguns integrantes dessa corrente entendem que seja necessário haver, além de um recurso desprovido de efeito suspensivo, a iminência de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como a interposição simultânea daquele recurso com o *mandamus*, evitando-se a preclusão do ato atacado (FACCI, 2004). O Ministro Carlos Mário Veloso, do Supremo Tribunal Federal, defendeu essa tese na decisão do Mandado de Segurança nº 115.703, de 1989, a saber:

Mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso sem efeito suspensivo: desde que ocorrentes os pressupostos constitucionais do mandado de segurança e desde que tenha sido interposto, a tempo e modo, o recurso próprio sem efeito suspensivo (porque, além de o *mandamus* não ser sucedâneo de recursos processuais, a decisão irrecorrida é apanhada pela preclusão), se do ato judicial resultar a possibilidade de dano irreparável, ou de difícil reparação, admite-se o mandado de segurança, para que sejam tolhidas, de pronto, as conseqüências lesivas da decisão impugnada. É que o *periculum in mora* da prestação jurisdicional faz nascer *causa petendi* de outro direito de ação, assim do direito ao mandado de segurança, distinto da ação em curso.

Alguns anos depois, o Ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça, também se manifestou nesse sentido, ao relatar, em 1996, a decisão do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 3009, a saber:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO. CABIMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ERRO MATERIAL. RETIFICAÇÃO.  
- A jurisprudência pretoriana, amenizando os rigores do comando expresso na Súmula nº 267/STF, tem admitido a impetração de segurança contra decisão passível de recurso sem efeito suspensivo, desde que interposto este a tempo e modo e que a mesma seja susceptível de causar dano irreparável ou de difícil e incerta reparação.

- Em tema de liquidação de sentença, admite-se sempre a retificação dos cálculos se constatada a presença de erro material, sem que de tal providência resulte ofensa à coisa julgada.
- Inteligência do art. 463, I, do Código de Processo Civil.
- Precedentes deste Tribunal (RESP 7476-SP e RMS 1864-RS).
- Recurso ordinário provido. (BRASIL, 1996)

Compartilham desse entendimento os autores Celso Bastos, Othon Sidou, Alfredo Buzaid, Hely Lopes Meirelles, entre outros (FACCI, 2004).

Por outro lado, alguns estudiosos admitem a impetração do *writ* mesmo que não seja interposto o recurso sem efeito suspensivo, pois alegam que a preclusão seria um efeito que alcançaria apenas o processo original, não sendo um fenômeno idôneo capaz de produzir efeitos em processo distinto (FACCI, 2004). Além disso, há casos em que não existe recurso algum previsto na norma para combater determinado ato, conforme bem observou Bueno (2010, p. 486), que também defende essa desnecessidade:

Em casos como o regulado pelo parágrafo único do art. 527, a “ameaça ou lesão” que se pretende ver afastada com a impetração do mandado de segurança contra ato judicial decorre justamente da *falta* de recurso cabível contra uma específica decisão jurisdicional. Suficiente, pela sua própria razão de ser e pela *necessidade* de se valer de sua especial índole, a impetração do mandado de segurança diretamente contra ato judicial.

Além disso, cabe ressaltar que a Súmula 202, do Superior Tribunal de Justiça, nos orienta acerca do entendimento daquela Corte sobre esta questão, apesar daquela mencionar apenas o *mandamus* impetrado por terceiro: “a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona a interposição de recurso.”

Kazuo Watanabe, Teresa Arruda Alvim, José de Assis, entre outros, também defendem essa tese (FACCI, 2004).

Apesar das divergências internas dessa corrente, este seria, portanto, o entendimento que predomina atualmente na doutrina: a possibilidade de impetração do *mandamus* contra ato jurisdicional sujeito a recurso sem efeito suspensivo.

Por outro lado, discussão maior ainda existe quando nos referimos às decisões interlocutórias. Isso ocorre porque tais decisões são recorríveis sempre por meio de agravo, que é uma das espécies de recurso. Além disso, sabe-se que as novas regras trazidas pela lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995, alteraram muito a sistemática do agravo, abrandando de sobremaneira a tradicional regra da não suspensividade, conforme a nova redação dada ao artigo 558 do CPC, a saber:

O relator poderá, a requerimento do agravante, no caso de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

Portanto, reduziram-se fortemente as hipóteses em que o mandado de segurança seria o único instrumento capaz de suspender a eficácia de atos jurisdicionais lesivos a direito líquido e certo das partes, pois se abriu a possibilidade desse efeito ser obtido por meio de requerimento devidamente fundamentado, realizado dentro do recurso específico previsto na norma para combater o referido ato, desde que comprovados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

### 3.3.3 Terceira corrente

Já a corrente tida como liberal, admitia a ampla utilização do mandado de segurança, impondo como condição apenas a observância dos requisitos previstos na Constituição Federal vigente.

Ferraz (2006, p. 183) sintetiza bem o entendimento daqueles que se alinhavam a essa corrente:

Daí a nossa opinião: cabe mandado de segurança contra o ato jurisdicional que, praticado com ilegalidade ou abuso de poder, ameace ou viole direito líquido e certo. E só! A irreparabilidade do dano, ou a inexistência de recurso com efeito suspensivo, ou a teratologia ensejada pelo ato, não são critérios de admissão em tese do *mandamus*. Funcionam, sim, como critérios de concessão de medida liminar ou tutela antecipada. Mas tão apenas isso.

Já Ferraresi (2010, p. 25) nos chama a atenção novamente para a essência constitucional do instituto. Ele observa, em um contexto similar, que “a previsão do mandado de segurança no Título ‘Dos Direitos e Garantias Fundamentais’ da Constituição de 1988 exige que qualquer limitação à sua ampla utilização seja vista com atenção”. Dessa forma, ele entende que por fazer parte do texto da Carta Magna vigente, e principalmente pela sua localização naquele Título, o *mandamus* possuiria essa prerrogativa especial.

No mesmo sentido é a posição de Hely Lopes Meirelles (2008 apud FERRARESI, 2010, p. 26), ao defender que “a regra é o cabimento de mandado de segurança contra ato de qualquer autoridade, excepcionadas as restrições legais”.

Dessa forma, o mandado de segurança estaria, segundo os seguidores dessa corrente, apto para impugnar uma grande quantidade de atos. Com isso, logicamente, aumentaria enormemente a quantidade de mandados de segurança impetrados e, conseqüentemente, elevaria progressivamente a quantidade de processos judiciais nas Cortes de segunda instância e nos Tribunais Superiores, contribuindo assim para a morosidade do Judiciário e dificultando a efetividade da prestação jurisdicional.

Os defensores dessa corrente alegam, no entanto, que esse é um problema de ordem prática, que nada tem a ver com a construção ideológica feita a

partir da essência constitucional do instituto. Na justificativa de Ferraz (2006, p. 183), “dizer que tal largueza de critério vulgarizaria o mandado de segurança, ou atulharia as instâncias dessa ação, é problema de fato da vida judiciária, sem qualquer significado para o estudo do metro constitucional de aceitação da ação”.

### 3.4 QUARTA FASE: O ADVENTO DA LEI Nº 12.016/09

A lei em vigor do instituto do mandado de segurança acabou por consagrar o entendimento adotado pela segunda corrente formada na doutrina após o julgamento do *leading case* do Supremo Tribunal Federal, estudado logo acima no subitem 3.3.2.

A referida lei apresenta a seguinte redação: “Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo”. Percebemos haver consagrado, portanto, o entendimento de que o mandado de segurança é um instrumento idôneo capaz de combater atos jurisdicionais, desde que, num primeiro momento, não haja recurso com efeito suspensivo previsto na norma legal vigente.

Cabe salientar que, com a sistemática processual hodierna, é possível que, em determinadas situações, o efeito suspensivo poderá ser requerido pelo recorrente, e deverá ser concedido pelo magistrado, mesmo que não haja uma expressa previsão legal de que tal recurso tramite sob esse pálio. Ferraresi (2010, p. 28) nos explica que:

Existem vários recursos no Sistema Processual Civil brasileiro que não dispõem de efeito suspensivo. Isso, por si só, não permitirá a imediata impetração da segurança. Deve-se afastar referida interpretação sob pena de se reavivar a época do mandado de segurança como panacéia geral. Ademais, as recentes reformas do CPC afastam essa necessidade.

Conforme já foi dito anteriormente, reduziram-se assim as hipóteses de cabimento do *mandamus*. Devemos saber, no entanto, que a doutrina e a jurisprudência entendem atualmente que, sempre que os tradicionais instrumentos de impugnação, mesmo que dotados de efeito suspensivo, não forem capazes ou suficientes para resguardar o direito subjetivo ameaçado, caberá o mandado de segurança. Tal remédio heróico só deveria ser utilizado, portanto, quando se necessitasse de uma medida excepcional, cabível apenas em casos especiais (FERRARESI, 2010).

Não menos importante é frisar que a lei não aderiu ao entendimento de uma parte dos doutrinadores alinhados àquela corrente que entendiam ser necessária também a interposição conjunta do recurso típico previsto na norma, mesmo que desprovido de efeito suspensivo, com o *mandamus*, para se evitar a preclusão, além da constatação da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.

Apesar disso, ainda se discute “se a lei pode suprimir o cabimento ou, quando menos, reduzir a amplitude do cabimento de um direito e de uma garantia constitucional”. (BUENO, 2010, p. 480). Discute-se, portanto, se a lei 12.016/09 pode limitar o alcance do *mandamus*, enquanto garantia constitucional. Este, no entanto, não é um dos objetivos deste estudo.

#### 4 A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça, criado pela Constituição Federal de 1988 para substituir o antigo Tribunal Federal de Recursos, é a Corte responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal do sistema jurídico brasileiro. É ele quem profere a última palavra quando o assunto é a interpretação da matéria infraconstitucional, enquanto que ao Supremo Tribunal Federal, reservou-se tão somente a análise daquelas relativas ao texto constitucional, o que fez com que ele recebesse o título de “guardião da Constituição”.

Também conhecido como o “Tribunal da Cidadania”, o STJ tem consolidado seu entendimento acerca da possibilidade de impetração do *mandamus* contra atos jurisdicionais, exercendo tanto a sua competência originária, quanto a recursal. Mais do que isso: ele vem proferindo decisões no sentido de delimitar as hipóteses e os requisitos necessários para o seu cabimento.

Compartilhando do mesmo entendimento de Eurico Ferraresi, a jurisprudência do STJ já se manifestou no sentido de admitir a impetração do *mandamus* apenas em casos excepcionais. Dessa forma, os ministros do Tribunal consolidaram a tese de que o mandado de segurança não é instrumento apto a combater qualquer ato advindo do Judiciário que seja lesivo a direito líquido e certo das partes, sendo cabível apenas em situações extraordinárias, já que o sistema recursal atual prevê amplas possibilidades de se obter a suspensão da eficácia de decisórios. Foi o que ocorreu no acórdão proferido pelo Min. João Otávio de Noronha em sede de Agravo Regimental nos autos do Mandado de Segurança 14.561/DF, que se segue:

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JURISDICIONAL. ABUSIVIDADE E TERATOLOGIA NÃO EVIDENCIADOS. INADEQUAÇÃO DA VIA MANDAMENTAL.

1. O mandado de segurança não constitui via idônea a amparar a revisão de ato de natureza jurisdicional, salvo situação de absoluta excepcionalidade em que restar cabalmente evidenciado o caráter abusivo ou teratológico da medida impugnada.
2. Hipótese em que a inicial do mandamus, além de não esclarecer satisfatoriamente em que consiste o erro material suscitado, não fornece os elementos necessários à conformação do direito líquido e certo do impetrante.
3. Agravo regimental desprovido. (BRASIL, 2010a)

Neste decisório, ficou demonstrada a necessidade do impetrante demonstrar satisfatoriamente a ocorrência da teratologia. Em outro acórdão, também recente, o Ministro Sidnei Beneti relatou:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INVIABILIDADE DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL.

- I.- A impetração de Mandado de Segurança contra ato judicial somente é admitida em hipóteses excepcionais, tais como decisões de natureza teratológica, de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.
- II.- No caso, não só o ato atacado refere-se a decisão judicial, como também esta transitou em julgado, de modo que já houve oportunidade para o manejo dos recursos cabíveis.
- III.- Agravo Regimental improvido. (BRASIL, 2010b).

Neste caso, podemos observar outro ponto: o respeito à vedação imposta pelo inciso III, do art. 5º, da lei 12.016/09, que não permite a concessão da segurança quando impetrado contra decisão judicial transitada em julgado. No mesmo sentido, a Ministra Nancy Andrighi relatou o seguinte acórdão, acrescentando a questão do dano grave ou de difícil reparação:

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. REQUISITOS. TERATOLOGIA E DANOS GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. PROVAS. PRODUÇÃO. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ. PERÍCIA. REALIZAÇÃO. DANO MARGINAL.

- A utilização do mandado de segurança pressupõe que o ato judicial atacado seja teratológico e que acarrete danos graves e irreparáveis ou de difícil reparação ao impetrante. Precedentes.
- O Juiz deve assegurar a produção das provas que considera necessárias à instrução do processo, de ofício ou a requerimento das partes, bem como apreciá-las livremente para a formação de seu convencimento. Precedentes.
- O prejuízo derivado da realização de prova pericial é meramente marginal, inexistindo perigo de irreparabilidade, pois o ato processual pode ser simplesmente nulificado e desconsiderado, recaindo sobre o perdedor as respectivas custas. Ademais, é inconveniente, à luz do princípio da duração razoável, a suspensão indeterminada e por longo prazo do processo principal.
- Agravo não provido. (BRASIL, 2010c).



Outra questão interessante relacionada à utilização do mandado de segurança para combater ato jurisdicional, refere-se à possibilidade de utilização no *mandamus* para rever decisão extintiva de execução fiscal ajuizada por um ente público, devido ao valor irrisório da causa. Os ministros do STJ entendem que o valor irrisório da dívida não enseja a extinção do pleito sem resolução do mérito. Ao invés disso, deve-se apenas arquivar o feito sem baixa na distribuição, restabelecendo-o caso o devedor acumule outras obrigações que, somadas, poderão ser novamente questionadas pelo ente público.

Nesse sentido, temos o seguinte acórdão da Segunda Turma, relatado pela Ministra Eliana Calmon, em que a Fazenda Nacional recorre de acórdão do TRF da 3ª Região que confirmou sentença extintiva de execução fiscal cujo valor do débito era inferior a R\$ 10.000,00:

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL DE VALOR IRRISÓRIO (INFERIOR A R\$ 10.000,00) – LEI 9.469/97, ART. 1º - ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.

1. Em razão do que determina o art. 1º da lei nº 9.469/97 é indevida a extinção das execuções de valor irrisório, sem resolução do mérito, com base na suposta ausência de interesse de agir.
2. Arquivadas as execuções, podem os valores devidos ser somados para retomarem o curso em ações cumuladas com valores acima do mínimo.
3. Recurso especial provido. (BRASIL, 2008)

Temos também outro decisório muito recente, cujo relator foi o Ministro Herman Benjamin, em que um município paulista impetra Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, cuja decisão denegatória era advinda do Tribunal de Justiça de São Paulo, também objetivando reformar sentença extintiva de execução fiscal de valor irrisório:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA POR MUNICÍPIO DIANTE DE VALOR IRRISÓRIO. SÚMULA 267/STF. INAPLICABILIDADE.

1. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado pelo Município de Presidente Prudente contra ato do Juiz de primeira instância que extinguiu Execução Fiscal, sob o fundamento de ser irrisório o valor cobrado.

2. O Tribunal de Justiça entendeu que, na hipótese em exame, descabe *mandamus* para impugnar ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula 267/STF).
3. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça admitiu a utilização do Mandado de Segurança e afastou a ofensa à Súmula 267/STF, sempre que faltar recurso útil a evitar ou reparar lesão a direito líquido e certo do impetrante.
4. A jurisprudência do STJ entende que o caráter irrisório da Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional não é causa determinante de sua extinção sem resolução de mérito, impondo-se apenas o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição.
5. In casu, discutem-se títulos executivos municipais em que não há, segundo o impetrante, disposição normativa que dispense o ajuizamento da Execução Fiscal.
6. Desse modo, como houve o indeferimento da inicial do *mandamus*, devem os autos retornar ao Tribunal de origem para que, superada a questão atinente ao cabimento do remédio constitucional, se dê prosseguimento à tramitação do feito.
7. Recurso Ordinário provido. (BRASIL, 2010d)

Podemos observar também que a súmula 267 do Supremo, que havia sido considerada pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça de origem, teve sua aplicação afastada pelos ministros da Primeira Seção, por considerarem que no caso em tela não haveria recurso útil capaz de resguardar direito líquido e certo do impetrante.

Dessa forma, a questão do mandado de segurança impetrado para combater atos jurisdicionais, principalmente no que se refere às suas hipóteses de cabimento, já encontra entendimento praticamente consolidado na jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa nos permitiu compreender que o mandado de segurança é um importante instrumento jurídico, de fundamento constitucional, fruto de uma intensa evolução ideológica ocorrida na doutrina brasileira no último século. Após o seu surgimento na Constituição Federal de 1934, ele esteve regulamentado por uma legislação específica que vigorou por quase sessenta anos, mas, em 7 de agosto de 2009, foi promulgada a lei nº 12.016, que prescreve as regras que orientam a aplicação do instituto atualmente.

Criado para servir de instrumento de proteção pelo cidadão contra os atos abusivos do Estado, sua capacidade que contestar atos jurisdicionais foi muito discutida na doutrina, chegando-se ao ponto de uma corrente inicialmente negar de forma absoluta tal possibilidade. Somente com o advento da lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, esse entendimento negatório se desfez, iniciando nova fase de discussões, no sentido de se verificar a legalidade e o alcance da restrição imposta pelo inciso II, do artigo 5º da referida lei.

Depois, nova fase de discussão teve início após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 76.909, em 5 de dezembro de 1973, pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, Xavier de Albuquerque. Nesse decisório, que não recebeu apoio unânime naquela seção de julgamento, fixou-se a tese de que caberia mandado de segurança contra ato jurisdicional dotado de recurso específico previsto em norma legal, desde que este não possuísse efeito suspensivo e que o ato impugnado fosse capaz de causar dano irreparável ou de difícil reparação.

Temos agora, nova lei específica que regulamenta o mandado de segurança, vedando tão somente a impetração do *mandamus* contra ato do qual

caiba recurso com efeito suspensivo ou contra decisão transitada em julgado. No entanto, com as recentes inovações do Processo Civil brasileiro, as suas hipóteses de cabimento foram muito reduzidas, pois mesmo que o recurso não possua habitualmente efeito suspensivo, o magistrado o concederá, a pedido da parte, sempre que esta comprovar a presença do *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Sob outra ótica, a jurisprudência tem permitido a utilização do mandado de segurança quando o recurso previsto na norma, mesmo dotado de efeito suspensivo, não for capaz (ou suficiente) de resguardar o direito líquido e certo da parte que está sendo lesado ou ameaçado de lesão.

Especificamente em relação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, descobrimos que a matéria já se encontra praticamente pacificada, ao admitir a impetração do mandado de segurança para combater atos jurisdicionais apenas em situações excepcionais, devido às amplas possibilidades de se obter a suspensão da eficácia de decisões através dos recursos. O Ministro Sidnei Beneti, por exemplo, cita algumas hipóteses consideradas excepcionais: decisões de natureza teratológica, de evidente ilegalidade ou abuso de poder.

Já em outro acórdão, desta vez relatado pela Ministra Nancy Andrighi, acrescentou-se a questão da obrigatoriedade de se demonstrar a ocorrência de dano grave ou de difícil reparação decorrente do ato impugnado, como prerequisite para a utilização do mandado de segurança contra atos jurisdicionais.

Vimos ainda que o valor irrisório de uma execução fiscal não enseja a extinção da ação sem o julgamento do mérito, segundo jurisprudência atual do STJ. Para os ministros, correto seria o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição, para que futuramente possa ser restabelecida tal cobrança, em ações cumuladas, com valores superiores ao que seja considerado irrisório.

Por fim, fica como sugestão para próximas pesquisas a discussão acerca da possibilidade de uma lei específica limitar o alcance de um importante remédio constitucional, como o mandado de segurança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decisão proferida pelo Exmo. Min. Luiz Fux no RMS 14462/DF. DJ data: 26/08/2002, p. 164, julgado em 4/06/2002, por unanimidade. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200200209055&dt\\_publicacao=26/8/2002](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200200209055&dt_publicacao=26/8/2002)>. Acesso em: 17 set. 2010, 16:00.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pelo Exmo. Min. Vicente Leal no RMS 3009/RS. DJ data: 24/06/1996, julgado em 21/05/1996, por unanimidade. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=199300128019&pv=0000000000000>>. Acesso em: 19 out. 2010, 8:45.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pelo Exmo. Min. João Otávio de Noronha no MS 14561/DF. DJ data: 10/08/2010, julgado em 29/06/2010a, por unanimidade. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=seguran%E7a+contra+ato+judicial&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=26>>. Acesso em: 25 out. 2010, 08:40.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pelo Exmo. Min. Sidnei Beneti no RMS 31105/SP. DJ data: 13/10/2010, julgado em 28/09/2010b, por unanimidade. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=seguran%E7a+contra+ato+judicial&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>>. Acesso em: 25 out. 2010, 09:00.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pela Exma. Min. Nancy Andrighi no RMS 30607/RN. DJ data: 07/10/2010, julgado em 28/09/2010c, por unanimidade. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=seguran%E7a+contra+ato+judicial&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=4>>. Acesso em: 25 out. 2010, 09:15.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pela Exma. Min. Eliana Calmon no REsp 978.277/SP. DJ data: 22/08/2008, julgado em 19/06/2008, por unanimidade. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200701864983&dt\\_publicacao=22/08/2008](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200701864983&dt_publicacao=22/08/2008)>. Acesso em: 25 out. 2010, 09:25.

\_\_\_\_\_. Decisão proferida pelo Exmo. Min. Herman Benjamin no RMS 32175/SP. DJ data: 16/09/2010, julgado em 17/08/2010d, por unanimidade. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=seguran%E7a+contra+ato+judicial&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=19>>. Acesso em: 25 out. 2010, 09:35.

\_\_\_\_\_. Código de Processo Civil e Constituição Federal. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2009a.

\_\_\_\_\_. Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009b. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2010, 10:40.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil, 5: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões jurisdicionais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 7. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. *Manual do mandado de segurança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FACCI, Lucio Picanço. *Mandado de segurança contra atos jurisdicionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

FERRARESI, Eurico. *Do Mandado de Segurança: comentários à lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FERRAZ, Sergio. *Mandado de Segurança*. São Paulo: Malheiros, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Mandado de Segurança*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, "habeas data", ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental: o controle incidental de normas no direito brasileiro*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional administrativo*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEGRÃO, Theotônio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Kepler Gomes. *Direito líquido e certo no mandado de segurança*. Natureza jurídica e efeitos da sentença que reconhece sua inexistência. Mar. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=3318>>. Acesso em: 17 set. 2010, 12:45.

WALD, Arnoldo. *Do mandado de segurança na prática judiciária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.